



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

## **AS LICENCIATURAS NO INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS: POLÍTICA E CONCEPÇÕES NO CONTEXTO DO CÂMPUS DE JANUÁRIA**

Cláudio Wilson dos Santos Pereira\*  
(UESB)

Leila Pio Mororó\*\*  
(UESB)

### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo apresentar discussões preliminares sobre a implementação das licenciaturas nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (instituição que ao longo de sua história assistiu a diferentes orientações políticas de governos, da indústria e do mercado) a partir do contexto da política de formação de professores no país. Para tanto, toma como base a inserção das licenciaturas no Campus de Januária, MG. A pesquisa, ainda em fase preliminar, e a partir da revisão da literatura e da análise de documentos, possibilita repensar os cursos de licenciaturas através do redirecionamento da prática docente e da gestão de política de formação de professores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação de Professores, Instituto Federal, Política de formação de professores, Licenciaturas.

### **INTRODUÇÃO**

Os indícios de expansão do ensino técnico profissional brasileiro aparecem na segunda metade da década de 2000 com o advento da interiorização da educação superior. Nesse contexto, as Escolas Agrotécnicas se viram na condição de verticalizar a oferta dos seus níveis e modalidade de ensino. A escola Agrotécnica de Januária, Minas Gerais, por exemplo, com base no Decreto Presidencial s/n de 13 de novembro de

---

\* Licenciado em Pedagogia, Mestrando em educação. Professor do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG. Membro do Núcleo de Estudo e Pesquisa de Formação de Professores - NEFOP – UESB.

\* \*\* Doutora em Educação. Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Coordenadora do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Formação de Professores – NEFOP.



2002<sup>47</sup>, foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET – Januária), passando a ofertar a educação superior em nível de graduação nas modalidades de Tecnologia, Bacharelado e Licenciatura.

A cefetização da escola agrotécnica proporcionou que o câmpus ofertasse o primeiro curso de licenciatura, atendendo as exigências do Decreto n. 5.224, de 1º de outubro de 2004, que dispõe sobre a organização dos Centro Federais de Educação Tecnológica, autorizando-os a oferecer cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica nas áreas científicas e tecnológicas. O curso de Licenciatura em Matemática tornou-se, assim, a primeira experiência da instituição em ofertar vagas para um curso de formação de professores.

Criado sob a Resolução CD Nº 10 de 04 de outubro de 2006, e inaugurado com primeira turma no exercício do ano de 2007, desde a sua criação o curso sofreu várias alterações em sua proposta curricular, alterando sua duração, ementas e bibliografias, segundo a caracterização histórica do projeto do curso (IFNMG – 2015).

No âmbito das orientações políticas, as mudanças continuaram a ocorrer no interior da rede da educação tecnológica. Se durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, as reformas políticas proporcionaram a cefetização das escolas técnicas, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva inaugurou uma nova onda de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica ao transformar as antigas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e CEFETs em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia<sup>48</sup> (IFs) e lhes outorgar um importante papel na formação docente. A lei que criou os IFs determina, logo na seção III, alínea b do artigo 7º, que a oferta de cursos de licenciatura está entre seus objetivos, destacando as áreas de “ciências e matemática”. Em seguida, no seu artigo 8º, determina o percentual de vagas destinadas as licenciaturas, que seria de 20% do total das ofertas de vagas, o que leva a concluir que, se a instituição reservar

---

47 Segundo o portal do IFNMG na seção histórica do Campus de Januária o CEFET foi criado pelo Decreto Presidencial s/n, de 13 de novembro de 2002.

48 A partir do Decreto nº 6095 que estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica e através da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.



50% das suas vagas totais para o ensino superior, obrigatoriamente 40% dessas deve ser destinado aos cursos de licenciatura. Com a incumbência de oferecer licenciaturas, os Institutos Federais passaram, assim, se constituir como um novo espaço de formação de professores.

A transformação do CEFET Januária em Instituto Federal abriu caminho para a implementação de novos cursos de licenciaturas. O curso de Licenciatura em Física foi implantado em 2008 a partir da Resolução CD Nº 04 de 04/06/2008 (IFNMG 2015), com a abertura da primeira turma a partir do segundo semestre de 2008. No ano de 2010 o programa de expansão do IFNMG permitiu a criação de mais um curso de licenciatura, agora com foco nas ciências biológicas, o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, sob a PORTARIA N. 109 – 05/04/2010, com a abertura da primeira turma para o segundo semestre letivo do mesmo ano (IFNMG – 2015).

A consolidação das licenciaturas no contexto do Campus de Januária – IFNMG, portanto, constitui-se uma realidade. Face ao contexto social, político e econômico que estamos inseridos, torna-se necessário repensarmos, identificarmos e posicionarmos sobre as políticas, interesses e perspectivas de atuação do IFNMG na formação de professores.

As políticas de formação dos professores tem sido objeto de discussão por parte daqueles que preocupam com o destino da educação e da sociedade, provocando uma série de reflexões, propostas e análises que nos permitem visualizar o processo dos elementos que constituem a política de formação de professores. Cabe ressaltar que, na história da educação brasileira, a formação de professores “esteve quase sempre no plano dos projetos inacabados ou de segunda ordem, seja por falta de concepções teóricas consistentes, seja pela ausência de políticas contínuas e abrangentes” (BRASIL, 2010, p. 26).

Desta forma, dentre as muitas situações a serem tratadas sobre a formação de professores no Brasil, a elas acrescenta-se a necessidade de refletir sobre as licenciaturas no interior dos Institutos Federais.



Segundo Severino (2007), o modelo atual de formação de professores é insuficiente, uma vez que apresenta uma série de lacunas no âmbito político, pedagógico e científico. Essa precariedade no processo formativo tem comprometido os resultados da formação do professor enquanto agente da intervenção social e promotor da cidadania. Além disso, proporciona um descompasso no processo de produção do conhecimento em virtude do distanciamento entre a teoria e a prática.

Diante disso, autor aponta quatro lacunas que constituem um problema na formação de professores. A primeira delas está relacionada “a forma pela qual o formando se apropria, através do currículo, dos conteúdos científicos” (SEVERINO, 2007, p. 123), enfatizando que as práticas educativas nos cursos de licenciaturas não tem sido diferente da preparação dos profissionais das áreas técnicas e tem sido marcada por uma forte tendência à exposição e transmissão de conhecimento, desvinculado das experiências e vivência culturais dos alunos, ressalta ainda que a postura investigativa se faça ausente do processo.

Nesta mesma direção, Libâneo (2002) aponta que o caminho para chegar à essência dos problemas é fazer a pesquisa e reflexão sobre a prática docente junto com os agentes direto da escolarização para possibilitar a internalização de um conteúdo significativo e proporcionar ferramentas mentais para lidar com conceitos, leitura e atuação no mundo do conhecimento e da cultura.

A segunda lacuna apresentada por Severino (2007, p. 123) diz respeito a “incorporação das experiências práticas na aprendizagem”. Neste aspecto, o autor destaca a ausência de experiências prática na atividade de docência das disciplinas, falta de atividades experimentais na produção de saber, deixando o processo de ensino aprendizagem engessado pelo tratamento vigente do currículo da maioria dos cursos. Neste mesmo sentido, Libâneo (2002) reafirma que a dificuldade dos professores em lidar com situações novas está relacionada a insuficiência da formação teórica bem como a sua vinculação com a reflexão da prática.

A terceira lacuna apontada por Severino (2007) no currículo de formação trata-se da “não mediação do desenvolvimento da sensibilidade ao contexto sócio-cultural”. Para



o autor, os cursos não oferecem recursos para que os futuros professores possam conhecer as condições histórico-sociais do espaço concreto onde irão atuar, limitado às práticas puramente técnicas e mecânica do ato de ensinar, vazio de sentido antropológico, político, social e cultural, além da falta de integração e inter-relação das disciplinas. Falta nesse sentido uma política que integrem ensino, pesquisa e extensão, na qual a extensão exerce um papel primordial da formação sócio cultural do sujeito, pois contato como meio social (escola e sociedade) permite desenvolver o sentido da sensibilidade diante da realidade que se manifesta.

O documento guia<sup>49</sup> (BRASIL, 2013) traz as orientações básicas que devem nortear as licenciaturas nos IFs, propondo que:

A concepção dessa modalidade de educação orienta os processos de formação com base nas premissas da integração entre ciência, tecnologia, trabalho e cultura, conhecimentos específicos e desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários à atuação profissional, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, tendo em vista que é essencial à Educação Profissional e Tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais (BRASIL, 2013, p. 01)

O documento ressalta ainda que a formação do professor da educação profissional e tecnológica tem suas especificidades. Aponta ainda que essa formação não pode ser nem generalista nem uma formação voltada para a dimensão técnica das áreas específicas de atuação do professor. Partindo da perspectiva de análise de Veiga (2002), algumas questões se fazem necessárias a esse respeito: como formar professores no interior da educação técnica e tecnológica sem se comprometer com o projeto neoliberal e uma opção política teórica que visa a o resultado a eficiência e a produtividade? Como formar o profissional que saiba intervir nas diversas dimensões da sociedade e não um tecnólogo do ensino, como uma postura puramente técnica?

---

49 Este documento foi elaborado pelo MEC para auxiliar no processo de construção dos cursos de licenciatura nos Institutos Federais.



Por sua origem, os Institutos Federais se consolidaram como espaços de formação profissional dos trabalhadores. Mediante esta centralidade, é uma instituição que tem um perfil técnico/tecnológico com uma identidade própria. A partir das novas políticas de expansão, passaram a oferecer cursos de licenciaturas, exigindo repensar as concepções de formação de profissional e as formas de organização dessas instituições. Como ressalta Lima & Silva (2011), essa nova situação coloca em evidência a necessidade de se discutir a forma de organização dessas instituições, bem como de explicitar seu papel no desenvolvimento social do país.

O universo do trabalho constitui o elemento fundante da formação de professores. É neste particular que se encontram o paradoxo das licenciaturas nos Institutos Federais. De um lado existe a necessidade de formar cidadãos, no sentido ontológico, e a partir do trabalho adquirir as condições de intervir, agir e modificar o seu espaço enquanto produtor de si mesmo. Do outro lado, existe a formação do trabalhador como meio de produção, no sentido de atender às necessidades do capitalismo.

Partindo do conceito de trabalho, na perspectiva ontológica, esse se constitui em uma dialética de autoprodução do homem, pois o trabalho é a categoria determinante da relação do homem com a natureza e com o próprio homem, essa relação o permite diferenciar-se da natureza e dos animais.

O homem enquanto natureza e animal se confunde com a natureza em geral e com o mundo animal; mas pelo trabalho, na relação com os demais homens, se distingue e se produz homem, torna-se o único ser capaz de apropriar-se da natureza, transformá-la, de criar e fazer cultura. (FRIGOTTO, 2010, p. 86)

Neste sentido, a relação do homem com o trabalho proporciona o amadurecimento profissional. Essa concepção de trabalho é que deve nortear todo o princípio de formação de professores, pois o trabalho se torna a própria condição de formação deste profissional enquanto produtor de si mesmo. Segundo Frigotto, são as relações sociais e a capacidade de produzir do homem que determinam o modo de



produção<sup>50</sup>, seja mediatizada ou não pela técnica, produzem e reproduzem para sustento, produzem lei e ideologias para legitimar modos de relações na produção de sua existência.

Entretanto, é no modo de produção que poderemos identificar as concepções de formação do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. Os princípios formativos dessa instituição sempre se pautaram na formação do trabalhador com interface para o mercado de trabalho. A origem dessas instituições não renega seu passado sempre ligado à preocupação de ofertar a formação técnica/tecnológica dos trabalhadores para suprir as demandas dos setores produtivistas vinculados à necessidade do capitalismo.

A formação de professores vai além dessa concepção de formação para o trabalho. Assumir a tarefa de formar professores deve ir, portanto, além das concepções ingênuas e alienantes do trabalho como profissão, na qual segundo Mészáros (2005), o sujeito toma as metas e necessidades do capital com sendo suas. Para isso é preciso pensar na formação ampla do sujeito, não no sentido da generalização, mas numa formação integral do indivíduo que seja capaz de agir e atuar nas diversas dimensões da sociedade enquanto agente de transformação social.

## CONCLUSÕES

As licenciaturas no Câmpus de Januária – IFNMG é uma realidade que caminha para uma consolidação de uma identidade enquanto curso de formação de professores. A sua implementação coincide com uma nova lógica de organização da Rede Federal de Educação Técnica e Tecnológica que, no limiar da transformação das instituições tradicionais (Escolas Técnicas, Agrotécnica e CEFETs) em Institutos Federais, sofre o

---

50 <sup>□</sup> Modo de produção não deve ser considerado simplesmente como reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, antes, de uma forma definida de atividades destes indivíduos, uma forma definida expressas em suas vidas, um definido modo de vida deles. Assim como os indivíduos expressam suas vidas, assim eles são. E é o que eles são, portanto, coincide com sua produção, tanto com o que produzem, quanto como produzem. A natureza dos indivíduos, portanto, depende das condições de sua produção (Marx 1977b apud FRIGOTTO, 2010 p. 87)



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

processo de continuidades, rupturas e gestação. O Câmpus de Januária já tinha aproximadamente 50 anos de existência no ato da cefetização e, em sua transformação em Instituto Federal, tinha no seu quadro de servidores, profissionais com anos de carreira, com toda experiência de magistério voltada para o ensino técnico, uma estrutura de base agrícola, com funcionamento exclusivamente diurno, além de poucos funcionários. De repente, tudo isso muda: a perda da autonomia, seus dirigentes são deslocados para implantar e gerir novos câmpus, o número de funcionários passa a apresentar outra realidade, surgem novos cursos em áreas diferentes que até o momento não eram de natureza da Instituição.

Todo esse processo de mudança proporciona o surgimento de novas concepções no interior da instituição. Até o momento suas concepções tinham como centralidade a preparação técnica de profissionais restrita à indústria e ao mercado de trabalho, com o princípio educativo voltado para as competências, a flexibilidade, o desenvolvimento e a inserção no mundo global. Com o novo processo, as orientações são direcionadas para a formação da ciência, da tecnologia e da cultura com interface para o mundo do trabalho e com a incumbência de contribuir para o progresso socioeconômico. Portanto, as licenciaturas estão inseridas nesse contexto e estão sedentas de estudos e investigações que possam delinear as concepções de formação de professores no interior de uma instituição com finalidade restrita a formação de profissionais para o mercado de trabalho, será este o objeto de estudo deste trabalho que, por ora, se encontra nas discussões preliminares.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Um Novo modelo em educação profissional e tecnológica** - Concepção e Diretrizes – Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: SETEC, 2010





\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Contribuições para o processo de construção dos cursos de licenciatura dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia.** Brasília: Setec/MEC. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/licenciatura\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/licenciatura_05.pdf), acessado em 18 de setembro de 2013

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Decreto nº 6095.** Brasília: MEC, 2004

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.224.** Brasília: MEC, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Escassez de Professores no Ensino Médio:** Propostas estruturais e Emergenciais. Brasília: CNE/CEB, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei nº 11.892,** de 29 de dezembro de 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutividade da escola improdutiva:** um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista / Gaudêncio Frigotto. – 9 ed. – São Paulo: Cortez, 2010

IFNMG. Projeto do curso de licenciatura em matemática 2010a <http://www.ifnmg.edu.br/cursos-jan/722-licenciatura-em-matematica>, acesso em 24/04/2015.

\_\_\_\_\_. Projeto do curso de licenciatura em física 2010b <http://www.ifnmg.edu.br/cursos-jan/721-licenciatura-em-fisica>, acesso em 25/04/2015

\_\_\_\_\_. Projeto do curso de licenciatura em Ciências Biológicas 2010c, <http://www.ifnmg.edu.br/cursos-jan/553-licenciatura-em-biologia>, acesso em 25/04/2015

LIBÂNEO, José Carlos. *Produção de Saberes na escola: suspeitas e apostas.* In **Didática, currículo e saberes escolares**/Vera Maria Candau (org.)- Rio de Janeiro: 2 ed. DP&A, 2002

LIMA, F. B. G de; SILVA, K. A. C. P. C. da. *as licenciaturas nos institutos federais: concepções e pressupostos.* IV EDIPE - Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino – 2011, Goiana. **Anais...** Disponível em: [www.ceped.ueg.br/anais/ivedipe/pdfs/didatica/co/40-164-2-SP.pdf](http://www.ceped.ueg.br/anais/ivedipe/pdfs/didatica/co/40-164-2-SP.pdf) > acessado em 26/08/14

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** 1930; tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOREIRA, Antonio F. Barbosa. Multiculturalismo, currículo e formação de professores. In **Currículo e práticas**/ Antonio Flávio Moreira (org)10 ed – Campinas, SP: Papirus, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Formação docente: conhecimento científico e saberes dos professores. In: **Ariús**, Campina Grande, v. 13, n. 2, p. 121–132, jul./dez. 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Professor: tecnólogo de ensino ou agente social? In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; AMARAL, Ana Lúcia (Orgs.). **Formação de professores:** política e debates. Campinas, SP: Papirus 2002.